

AUTOR:

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

APENSADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Legislação Participativa

DATA DE ENTREGA

1º/07/2011

EMENTA:

Sugere a realização de Reunião de Audiência Pública para debater sobre a previsão de recursos na Lei Orçamentária para 2012, visando assegurar a correção das tabelas salariais dos servidores públicos federais; a abertura de novos concursos públicos; e mais investimentos no setor público.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____

Presidente: _____

PARECER: _____

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**SUGESTÃO Nº 16/2011
CADASTRO DA ENTIDADE**

Denominação: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF

CNPJ: 26.474.510/0001-94

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (X) Outros (Confederação)

Endereço: SCS – Qd. 02 – BL. “C” – Ed. Wady Cecílio II – 6º andar – Sala 164

Cidade: Brasília **Estado:** DF **Cep:** 70.302-915

Fone/Fax: (61) 3323-5454

Correio-eletrônico: condsef@condsef.org.br

Responsável: Josemilton Maurício da Costa - Coordenador

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos incisos “I” e “II” do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da entidade supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 1º de julho de 2011.

Claudio Ribeiro Paes
Secretário em exercício



Há duas décadas lutando por um país mais justo através do serviço público

Ofício CONDSEF nº 157/2011.

Brasília-DF, 28 de junho de 2011.

À

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

A/C: DEPUTADO FEDERAL VÍTOR PAULO – PRESIDENTE DA CLP

Ref.: Proposta de Audiência Pública: Ciclo orçamentário, Despesa de Pessoal e Investimentos Públicos.

Excelentíssimo Deputado Federal,

Com o objetivo de que venha a ser realizado debate a respeito da necessidade de se assegurar na peça orçamentária de dois mil e doze (2012), recursos suficientes para correção das tabelas salariais dos servidores públicos federais, assim como para efetivação de novos concursos, e também mais investimentos no âmbito do setor público, apresento esta proposta de realização, pela Comissão de Legislação Participativa, da Audiência Pública: Ciclo Orçamentário, Despesa de Pessoal e Investimentos Públicos; a se realizar no dia 24 de agosto de 2011 (4ª feira) a partir das 14 horas.

O principal objetivo desse evento é solicitar do governo, explicações mais detalhadas quanto aos recursos orçamentários a serem destinados a atender um conjunto de pleitos previstos no eixo de lutas do funcionalismo público, dentre eles: a) reestruturação das tabelas salariais; b) realização de concursos públicos; c) recuperação das perdas salariais, dentre outras questões também consideradas relevantes.



Há duas décadas lutando por um país mais justo através do serviço público

É importante destacar que várias entidades representativas do conjunto do funcionalismo têm promovido uma série de atividade, que, por sinal, estão envolvendo servidores de praticamente todo país.

Destaca-se que, grande parte desses atos está ocorrendo justamente em Brasília, com o propósito não apenas de sensibilizar a sociedade e também o governo quanto à importância de continuidade do processo de negociação com o governo federal, mas também que temas como os mencionados acima possam ser amplamente debatidos com as entidades sindicais e a sociedade organizada.

Para que tais esclarecimentos venham a ocorrer em sua integridade, sugiro à Comissão, a convocação da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro da Fazenda, o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara dos Deputados e um representante da Central Única dos Trabalhadores.

Sem mais, agradeço a atenção dispensada, e fico ansiosamente no aguardo de vossa resposta.

Atenciosamente.


Josemilton Maurício da Costa
Secretário-Geral da CONDSEF



Há duas décadas lutando por um país mais justo através do serviço público

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CONDSEF

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e onze, quatorze horas e trinta minutos, deu-se início a reunião da diretoria executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para tratar da seguinte pauta: a) Informes Gerais; b) Avaliação do Dia Nacional de Luta em dezesseis de junho; c) Sugestão de Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Foi dado o informe da Plenária dos Servidores Anistiados que avaliou que o centro da luta dos servidores públicos reintegrados pela Lei 8.878/94 deverá ser o de garantir o enquadramento no Regime Jurídico Único – Lei nº 8.112. A transposição do atual regime celetista para o estatutário trará enormes benefícios para estes servidores, como: anuênio, aposentadoria integral, direitos que poderão ser estendidos aos dependentes, quinquênio, entre outras importantes conquistas. Alia-se ao fato que estando no Regime Jurídico Único estará assegurado a estabilidade no emprego desta parcela importante do funcionalismo público federal. Avaliamos ainda que, em que pese a conduta positiva desenvolvida pela CONDSEF no último período, é de fundamental importância que este nosso pleito esteja no eixo da luta do conjunto do funcionalismo. A avaliação sobre o Dia Nacional de Luta foi extremamente positivo, mais de dez mil servidores de todo o país atenderam a convocação da Confederação e estiveram em Brasília realizando uma grande marcha, que permitiu reabrir o processo de negociação com o Governo. Por último, ficou deliberado em encaminhar solicitação à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, requerendo uma audiência pública para tratar da necessidade de assegurar na peça orçamentária de dois mil e doze; recursos necessários para correção das tabelas salariais dos servidores públicos federais; a abertura de novos concursos públicos; e mais investimentos no setor público. Indicamos à Comissão a convocação da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro da Fazenda, o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara dos Deputados e um representante da Central Única dos Trabalhadores. Nada mais tendo a relatar, demos por encerrada à reunião, sendo esta ata redigida e assinada por mim, Pedro Armengol de Souza, Secretário de Finanças da CONDSEF.